



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

**Alunos com deficiência e necessidades especiais no curso de
Serviço Social na UnB: dificuldades enfrentadas e visão da
comunidade acadêmica no departamento de Serviço Social
sobre elas.**

RAQUEL MOURA DA COSTA TEIXEIRA

Orientadora: Prof^a Maria Lucia Lopes da Silva

**Brasília,
Junho de 2014**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC**

RAQUEL MOURA DA COSTA TEIXEIRA

Alunos com deficiência e necessidades especiais no curso de Serviço Social na UnB: dificuldades enfrentadas e visão da comunidade acadêmica no departamento de Serviço Social sobre elas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva

**Brasília,
Junho de 2014**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC**

Alunos com deficiência e necessidades especiais no curso de Serviço Social na UnB: dificuldades enfrentadas e visão da comunidade acadêmica no departamento de Serviço Social sobre elas.

Aluna: Raquel Moura da Costa Teixeira
Matrícula: 10/0121225

Data de aprovação -----/-----/-----

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva – SER/UnB
Orientadora

Profa Dra Daniela Neves de Sousa – SER/UnB
Examinadora

Thais Kristosch Imperatori – PPNE/UnB
Examinadora Externa

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter feito nascer em meu coração o sonho de me tornar uma assistente social, e por ter me dado todas as condições de concluir mais essa etapa em minha vida.

Ao meu pai Cassiano e minha mãe Léia, por todo o apoio incondicional na realização dos meus sonhos e o incentivo que sempre me deram em relação aos estudos.

Ao meu irmão Daniel. Ao meu noivo, Robson, que acompanhou de perto minha trajetória na UnB, e sempre acreditou em mim, sendo fundamental nessa minha conquista. Quero agradecer também aos meus sogros, Ana Maria e Antonio, pois me ajudaram muito nessa caminhada.

A todos os meus familiares e amigos, seria muito difícil citar todos, mas agradeço de coração o apoio que me deram.

Em especial, gostaria de agradecer a Professora Maria Lucia Lopes, pelo carinho e paciência em cada orientação, que resultou no presente trabalho.

À assistente social Thais Kristosch Imperatori, pelo exemplo de profissional comprometida, na qual me espelho.

Para finalizar, quero agradecer também a toda a equipe do PPNE/UnB, que me recebeu de braços abertos como campo de estágio, e que colaborou com este estudo.

Resumo:

Este trabalho versa sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais, matriculados no curso de Serviço Social da UnB, entre o primeiro semestre de 2010 e o primeiro de 2014, e a visão da comunidade acadêmica do Departamento de Serviço Social (SER) sobre elas. Esta pesquisa envolve metodologicamente alunos com deficiência e/ou necessidades especiais, os professores e servidores, todos vinculados ao SER, a fim de identificar, compreender e suscitar o envolvimento da comunidade acadêmica sobre as barreiras (atitudinais, arquitetônicas e de comunicação) que dificultam a permanência de tais alunos na universidade. Compreende-se que a inclusão dos alunos com deficiência ou necessidades especiais é um desafio para todo o sistema educacional, portanto, a UnB como espaço de educação inclusiva, deve adequar suas condições de acessibilidade para garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: alunos com deficiência, necessidades especiais, barreiras, educação inclusiva, comunidade acadêmica, acessibilidade.

Abstract:

This study is about the main difficulties detected by students with disabilities and special needs, enrolled in the Social Service course at the UnB, between the first semestre of 2010 and the first semestre of 2014, and the view about them of the academic community in the department of Social Service. This research involves methodologically students with disabilities and/or special needs, the teachers and servants, all of them linked to SER, in order to identify, understand and raise the involvement of the academic community about the barriers (attitudinal, architectural and communication) that hinder the permanency of such students at the University. It is understood that the inclusion of students with disabilities or special needs is a challenge for the all educational system, therefore, the UnB as a place of inclusive education, must fit their accessibility conditions to ensure the access to quality education for everyone.

Keyword: students with disabilities, special needs, barriers, inclusive education, academic community, accessibility.

Siglas:

BDS - Biblioteca Digital e Sonora.
BPC - Benefício de Prestação Continuada.
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial.
CESPE - Centro de Seleção e Promoção de Eventos.
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal.
DAC - Decanato de Assuntos Comunitários.
DDS - Diretoria de Desenvolvimento Social.
DEG - Decanato de Graduação.
FE - Faculdade de Educação.
IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia.
LDBEN - Leis e Diretrizes Básicas da Educação Nacional.
LDV - Laboratório ao Deficiente Visual.
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
MEC/SEESP - Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial.
PPNE - Programa de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais.
PRC - Prefeitura do Campus.
SER - Departamento de Serviço Social.
SOU - Sistema de Orientação ao Universitário.
TDA - Transtorno de déficit de atenção.
TDAH - Transtorno de déficit de atenção com hiperatividades.
UnB - Universidade de Brasília.

Quadros:

Quadro 1- Quadro Representativo do número de alunos com deficiência e necessidades especiais por curso.

36

Quadro 2- Representativo do Perfil dos Estudantes do curso de serviço social/ UnB com deficiência ou necessidades especiais entrevistados.

38

Quadro 3- Quadro Demonstrativo das dificuldades dos estudantes do curso de serviço social/ UnB com deficiência ou necessidades especiais entrevistados.

41

Quadro 4.1- Quadro Demonstrativo do Perfil dos Professores do serviço social entrevistados.

43

Quadro 4.2- Quadro Demonstrativo do Perfil dos Professores do serviço social entrevistados.

44

Quadro 5- Quadro Demonstrativo do Perfil dos Servidores do Departamento de serviço social.

46

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 - O conceito de deficiência no Brasil para fins de políticas públicas, os limites para sua plena efetivação e referências conceituais sobre necessidades especiais.....	15
Capítulo 2 - A relação das pessoas com deficiência e necessidades especiais no Brasil com o sistema educacional brasileiro – aspectos relevantes da trajetória histórica.....	22
Capítulo 3 - A UnB como espaço de educação inclusiva: possibilidades e limites – uma análise a partir do curso de serviço social	31
Considerações Finais.....	49
Referências Bibliográficas.....	51
Anexos.....	54

Introdução

O presente trabalho constitui-se requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Ele versa sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais no curso de Serviço Social da UnB e a visão da comunidade acadêmica vinculada ao Departamento de Serviço Social (SER) sobre elas.

O interesse em pesquisar tais questões surgiu desde o estágio realizado no Programa de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília – PPNE / UnB, durante o qual se percebeu desafios no cotidiano profissional para a concretização do trabalho voltado para estas pessoas. O Programa de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) visa à autonomia dos alunos com necessidades especiais e deficiência. A inclusão destes alunos também é responsabilidade da universidade, e cabe a esta oferecer instrumentos institucionais e tecnológicos para que eles possam ter o direito garantido de acesso e permanência a um ensino de qualidade.

É possível observar que as condições concretas para o trabalho do Assistente Social e demais profissionais no PPNE estão cada vez mais tensionadas pela ampliação de serviços e demandas, mas sem a mesma proporção de recursos materiais e financeiros necessários, o que repercute de forma direta na qualidade dos serviços prestados. No caso específico do serviço social, outro elemento importante para reflexão é que no curso de Serviço Social da UnB não existe nenhuma disciplina referente às necessidades especiais e deficiências, o que dificulta a formação e trabalho profissional nessa área. Dessa forma, a qualificação específica fica por conta do interesse pessoal do profissional que se graduar nesta universidade.

Essa situação também ocorre entre os professores e servidores vinculados ao Departamento de Serviço Social, pois é visível a falta de preparo e de conhecimento por parte de alguns profissionais sobre as formas de adaptação da metodologia de ensino e dos procedimentos de avaliação para alunos com deficiências e/ou necessidades especiais.

A inclusão de alunos com deficiência e necessidades especiais é um desafio para todo o sistema educacional e exige adequações nos espaços físicos, na

comunicação e nas atitudes entre alunos, professores e demais componentes da comunidade acadêmica.

Em abril de 2014, os dados oficiais da UnB, de acordo com a análise documental realizada junto ao PPNE, são atendidos pelo Programa 147 alunos com deficiência e necessidades especiais, sendo em maior quantidade pessoas com dislexia, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, e transtorno de déficit de atenção – TDA, em segundo, pessoas com deficiência física, seguido por deficiência visual, e por último, deficiência auditiva.

O PPNE atende aos membros da comunidade acadêmica que apresentam deficiência sensorial, física ou intelectual, dislexia, transtornos globais do desenvolvimento ou transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. Atende também aos discentes com necessidades especiais temporárias, como por exemplo, pessoas em pós-operatório.

Já no curso de Serviço Social, no primeiro semestre de 2014, existem dois alunos com deficiência que são cadastrados no PPNE e dois com necessidades especiais, em um universo de 580 alunos do curso. Diante disso, a pesquisa teve como objeto as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais para permanecerem no curso no curso de Serviço Social na UnB, no período entre o primeiro semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2014, e a visão da comunidade acadêmica vinculada ao Departamento de Serviço Social sobre elas.

A hipótese da qual partimos foi que entre as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais, para permanecerem no curso de Serviço Social, no período entre 2010 e 2014, as barreiras atitudinais, arquitetônicas e de comunicação ocupam lugar relevante. E a visão da comunidade acadêmica vinculada ao Departamento de Serviço Social sobre estas dificuldades é restrita a um pequeno grupo de professores, o que limita a ação positiva do SER no sentido de assegurar a permanência destes alunos no curso de Serviço Social para que os mesmos possam concluí-lo com qualidade.

Ressalta-se que, segundo o Decreto 5296, artigo 8º, barreiras são: “qualquer entrave ou obstáculo, que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.” (BRASIL, Art. 8º inciso II). Tais barreiras podem ser em relação às atitudes das pessoas, podem ser arquitetônicas, como também de comunicação.

Acredita-se então que esta pesquisa seja relevante por mostrar o perfil dos alunos do curso com deficiência ou necessidades especiais, por registrar suas dificuldades no curso de Serviço Social na UnB, para que se possa compreender as barreiras enfrentadas por eles cotidianamente, especialmente as arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, e o impacto destas na vida acadêmica dos mesmos.

Além disso, compreende-se que o conhecimento destas dificuldades enfrentadas por estes alunos para permanecerem no curso de Serviço Social, bem como a visão da comunidade acadêmica sobre elas, contribuirá para uma maior compreensão teórica do tema e poderá repercutir na formulação de políticas e estratégias de superação das dessas dificuldades identificadas.

O método adotado orientou-se pela teoria social crítica, entendendo-se que:

O método implica [...], pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (Marx apud Netto, 2009, p. 25)

Dessa forma, os fundamentos marxianos trouxeram luz para a presente pesquisa ao tratar da elaboração do conhecimento, de apreender a “essência” do objeto real, considerando-o em sua totalidade, analisando suas múltiplas determinações e considerando suas contradições e mediações desenvolvidas no âmbito do campo de pesquisa.

Assim, como o presente trabalho de conclusão de curso analisou as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais no curso de Serviço Social da UnB, entre o primeiro semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2014, e a visão da comunidade acadêmica vinculada ao Departamento de Serviço Social sobre elas, o método usado assegurou a dialeticidade na análise que a dinâmica interna e da sociedade imprimiu à UnB e marcaram o desvelar do objeto de pesquisa¹.

Nessa direção, os procedimentos metodológicos por um lado, basearam-se na revisão bibliográfica e análise de documentos, por outro atribuíram à pesquisa a natureza qualitativa de caráter exploratório, que permitiu a análise da realidade por meio de falas dos sujeitos sociais envolvidos na problemática em questão, e também

¹ Registra-se, neste processo a longa greve dos servidores administrativos da universidade, que impôs mudança na estratégia da busca dos dados.

quantitativa, no que se refere aos dados estatísticos das pessoas com deficiência e necessidades especiais do universo pesquisado.

Sendo assim, a pesquisa de campo realizada na Universidade de Brasília com os alunos com deficiência e necessidades especiais, os professores e servidores, todos vinculados ao Departamento de Serviço Social, teve por finalidade identificar, compreender e suscitar o envolvimento da comunidade acadêmica sobre as barreiras (atitudinais, arquitetônicas e de comunicação) que dificultam a permanência de tais alunos na universidade.

A coleta de dados foi feita através da entrevista semiestruturada com os alunos com deficiência e necessidades especiais, e também com os professores do SER e foi aplicado o questionário aos servidores do Departamento.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, segundo a Resolução 196/96 e 466/12, obtendo autorização para a sua realização, pois se tratou de pesquisa que envolveu seres humanos, assim, os padrões éticos foram preservados, tais como sigilo e anonimato dos informantes.

Pretendia-se entrevistar todos os alunos com deficiência e necessidades especiais devidamente matriculados no 1º/2014 do curso de Serviço Social e cadastrados no PPNE, porém houve dificuldade de contato com um aluno. Dessa forma, foram entrevistados 75% dos alunos, 3 alunos, sendo 1 aluno com deficiência e 2 com necessidades especiais.²

Já no caso dos professores e servidores vinculados ao Departamento de Serviço Social, foi feita uma seleção, por meio de sorteio aleatório de 30% destes do quadro permanente. Atualmente são 31 professores do quadro permanente e 8 servidores da secretaria do SER. Assim, sorteou-se aleatoriamente 9 (nove) professores, 30% do total e 3 (três) servidores, 30% do total. Porém devido a dificuldade de alguns professores em participar do trabalho e a greve dos servidores técnicos administrativos, foram entrevistados 7 (sete) professores e 2 (dois) servidores da secretaria.

² Ressalta-se que houve várias tentativas de contato com todos os alunos com deficiência ou necessidades especiais do curso de Serviço Social da UnB, mas só foi possível realizar as entrevistas com 75% dos alunos.

As entrevistas foram gravadas por meio de um gravador de voz, mediante assinatura previa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Já o questionário foi entregue aos servidores, que o responderam e o devolveram. A análise dos dados colhidos foi de forma sistemática, orientada por categorias centrais. As gravações feitas foram transcritas e as respostas dos questionários foram organizadas.

Ao longo da pesquisa a revisão bibliográfica e a análise documental ajudaram a contextualizar e embasar os dados analisados para elaboração da monografia final.

Em seguida, o trabalho traz três capítulos. O primeiro trata das referências conceituais sobre deficiência e necessidades especiais, a fim de entender a repercussão de seu conceito para elaboração das políticas públicas. Ele trata a questão dos direitos das pessoas com deficiência e necessidades especiais, e mostra o avanço na legislação nacional sobre este tema.

O segundo capítulo traz aspectos relevantes da trajetória histórica desses alunos, e sua relação com o sistema educacional brasileiro, que vai desde a fase de exclusão, até o atual modelo de educação inclusiva.

O terceiro capítulo retrata a UnB como espaço de educação inclusiva – uma análise a partir do curso de serviço social, o ingresso dos alunos com deficiência e necessidades especiais na universidade e a criação do PPNE, além de trazer também a análise dos dados obtidos das entrevistas e questionários realizados com os alunos com deficiência ou necessidades especiais do curso de Serviço Social, os professores e servidores do Departamento de Serviço Social.

Capítulo 1: O conceito de deficiência no Brasil para fins de políticas públicas, os limites para sua plena efetivação e referências conceituais sobre necessidades especiais.

O conceito de deficiência é complexo, pois são muitos os paradoxos que envolvem o debate acerca da mesma no Brasil e no mundo.

Nos estudos sobre deficiência é importante que se tenha claro a sua definição, pois esta repercute de forma direta na elaboração das políticas públicas e estratégias para melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência.

Tradicionalmente, esse conceito foi tratado como um ato técnico de natureza biomédica, onde o foco é a lesão e as restrições do indivíduo e ele é unicamente responsável por suas necessidades, e deveria, portanto procurar tratamento para se adequar a sociedade. Porém, ao reconhecer que a deficiência não é dada exclusivamente por uma limitação corporal, mas pela sua interação com a sociedade e com o ambiente hostil, tal definição se deslocou do modelo biomédico para o modelo social (DINIZ, MEDEIROS, BARBOSA, 2010).

No modelo social, a deficiência é explicada para além do fenômeno natural e individual, possuindo todo um contexto socioeconômico. A deficiência além de reconhecer o corpo com lesão, também denuncia a estrutura social que oprime o diferente. Ela é o resultado da interação do corpo com impedimentos com ambientes, práticas e valores discriminatórios (DINIZ, MEDEIROS, BARBOSA, 2010). Sendo assim, torna-se oportuna e coerente a afirmação de DIAZ, ao falar sobre o assunto:

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. (DIAZ, 2009,p. 28)

Mas, não é isso que se observa na história da humanidade, pois a pessoa com deficiência foi vítima de segregação, onde a ênfase era na sua anormalidade e incapacidade física. Por uma razão ou por outra, a atitude principal da sociedade em relação à pessoa com deficiência era a de intolerância, representada por ações de abandono, aprisionamento e tortura.

Segundo o documento do CFESS Manifesta Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, de autoria de MEDEIROS (2010):

“Suscitar a questão de direitos das pessoas com deficiência no contexto brasileiro conduz, necessariamente, a reflexões que envolvem questões como justiça social, direitos humanos, cidadania, democracia, igualdade social e respeito às diferenças. É falar também sobre uma longa história de desigualdades e de exclusão do acesso a diversos serviços e bens públicos, produzida pela reestruturação produtiva e desmantelamento dos precários serviços públicos existentes, permeados por um discurso que subtrai a responsabilidade pública, descaracterizando a própria noção de direitos”. (MEDEIROS/CFESS, setembro de 2010).

É possível perceber que o percurso histórico das pessoas com deficiência no Brasil, assim como ocorreu em outros países, foi marcado por uma fase inicial de completa segregação. As pessoas com deficiência eram tratadas com linguagens discriminatórias, tais como: “aleijado”, “retardado”, “pessoas portadoras de necessidades especiais”³, deixando muitas vezes as pessoas com deficiência rotuladas, tidas como incapazes, e responsáveis única e exclusivamente por sua condição.

Um dos primeiros movimentos de reconhecimento da igualdade para as pessoas com deficiência foi o rompimento com as instituições de encarceramento, que isolavam tais pessoas, impediam seu direito de estar no mundo e exercer plenamente a sua cidadania. “O principal desafio, no âmbito democrático, é o da garantia da igualdade pelas políticas do Estado”. (DINIZ, MEDEIROS, BARBOSA, 2010,p.45). Nesse contexto, as políticas públicas, especialmente a assistência social, passam a garantir os direitos das pessoas com deficiência.

Dessa forma, houve um avanço na legislação nacional sobre este tema, na qual deviam ser buscadas alternativas na ação política capaz de assegurar os direitos das pessoas com deficiência. A ideia era ir além da medicalização da lesão atingindo políticas públicas para deficiência.

Um importante desafio é o de aproximar a questão da deficiência da cultura dos direitos humanos: falar de deficiência é discutir igualdade, liberdade e justiça para as pessoas deficientes vítimas de discriminação e opressão em sociedades pautadas pela ideologia da normalidade. (DINIZ, SANTOS, 2010, p.11)

³ Pessoa portadora de necessidades especiais se um torna termo preconceituoso, na medida em que se reconhece que a sociedade também deve se adequar e se responsabilizar pela garantia dos direitos das pessoas que tem alguma deficiência e necessidade especial. O novo conceito de deficiência rompe com a idéia de que a pessoa com deficiência é a única responsável por sua adequação na sociedade.

Este avanço culmina com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), fruto do fortalecimento desse grupo populacional que lutou para exigir seus direitos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é o primeiro tratado internacional de direitos que, observando as regras impostas pelo artigo 5º, §3º da Constituição Federal brasileira, goza de inquestionável equivalência de emenda constitucional. Ela foi aprovada em Assembleia das Nações Unidas em 2006 e insere-se num processo de construção do conjunto dos direitos humanos.

A presente Convenção contém 30 artigos que contemplam direitos humanos universais para atender às pessoas com deficiência, que foram ratificados pelo Estado brasileiro em 30 de março de 2007.

Em 2008 a Convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 186. Ela traz um conceito inovador sobre deficiência, que desconstrói a concepção tida até então, e que reflete diretamente na efetivação de seus direitos. O novo conceito se desloca do modelo clínico, onde a pessoa com deficiência e sua família eram responsáveis exclusivamente pela superação dos mesmos, e passa a incorporar aspectos da sociedade, tais como: as condições estruturais, culturais, políticas, entre outros.

Dessa forma, as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência tem sido uma prioridade na agenda das Nações Unidas e a Convenção foi considerada um marco importante para mudança de paradigma, onde as pessoas com deficiência deixaram de ser alvo de caridade e passaram a ter ser portadoras de direitos.

Segundo a 3ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” (MEDEIROS/CFESS Manifesta, setembro de 2010).

A Convenção representou um importante espaço de participação da sociedade na definição de diretrizes teóricas e conceituais para a elaboração das políticas sociais voltadas às pessoas com deficiência, durante sua realização as pessoas puderam tomar conhecimento das ações contidas nos programas e puderam também dar sua contribuição e sugestões para a melhoria dos mesmos.

Segundo o “1º Relatório nacional da República Federativa do Brasil sobre o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, que é um relatório de acompanhamento, (2008/2010) nos últimos anos o Brasil tornou-se reconhecido pela mudança de paradigma nas questões relativas às pessoas com deficiência, a partir do marco legal introduzido com a Constituição Federal, que possibilita a efetivação da promoção e garantia dos direitos individuais e coletivos, no âmbito maior dos direitos humanos.

O Estado brasileiro passou a desenvolver ações que ampliam as condições para que as pessoas com deficiência exerçam sua cidadania com dignidade.

A Constituição Brasileira abarca vários direitos que são universais e não se excluem às pessoas com deficiência, mas também trazem questões específicas a cerca dessa população, que são sujeitos de direitos e devem tê-los pautados em lei.

Deve-se ter sempre como premissa o Art. 5º da Constituição Federal que coloca “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, assim, não se deve tratar com distinção qualquer pessoa com alguma deficiência, e nem por isso “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (BRASIL, Art. 5º inciso III).

Toda pessoa independente de sua deficiência deve ter seus direitos sociais básicos sempre garantidos (BRASIL, Art. 6º), como saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, entre outros, tendo em visto que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, visando à redução de riscos, que no caso dos deficientes pode ser colocado no sentido de não agravamento da deficiência e tratamentos, caso necessário. (BRASIL, Art. 196)

Quanto à Assistência Social, esta “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]” (BRASIL, Art. 203). A assistência tem diretrizes que asseguram às pessoas com deficiência direitos como “a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária” (BRASIL, Art. 203, inciso IV), e “ garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (BRASIL, Art. 203, Inciso V).

O Brasil possui o BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social), previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Ele é a primeira política a utilizar o novo conceito de deficiência debatido pela Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, e foi instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993 e outros instrumentos normativos, posteriores.

O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, sendo a materialização do direito constitucional à assistência.

Este benefício assegura ao indivíduo o valor de um salário mínimo a pessoas com deficiência, cuja renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo, os quais não precisam contribuir para acessá-lo, mas é preciso comprovação da renda e avaliação do grau da deficiência. É um benefício individual e não é vitalício. Sua gestão é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e seus recursos são provenientes da Seguridade Social.

O BPC não é a única medida de proteção voltada à população pobre e com deficiência, mas é uma das mais importantes, tendo em vista seu volume orçamentário e alcance social. Segundo dados do MDS, em março de 2012, havia 3,6 milhões de beneficiários do BPC, em todo o Brasil, sendo 1,9 milhões de pessoas com deficiência e 1,7 idosos.⁴ Diante disso, estão sendo empenhados esforços para melhorar o BPC, tornando sua perspectiva mais próxima do proposto pela Constituição Federal.

Na Constituição Federal também está prevista a aposentadoria para as pessoas com deficiência, que contribuem com Previdência Social, no § 1º do art. 201, regulamentada pela Lei 142, de 8 de maio de 2013.

Para que seja concedida a aposentadoria ao segurado, é necessário que se avalie a deficiência e o seu grau, podendo ser classificada em grave, moderada e leve. Essa avaliação só pode ser realizada por perícia própria do Instituto Nacional do Seguro Social, por equipe médica e também pelo serviço social. Também é avaliado o tempo de contribuição, que depende do grau da deficiência.

⁴ Dados disponíveis em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc> Acessado em: 14/07/2014.

Registra-se que a implementação do conceito de deficiência previsto na convenção citada está em processo no Brasil, inclusive para fins dos benefícios acima citados. Ou seja, mesmo que se tenha avançado na definição, ainda há dificuldades em sua implementação.

Já no que se refere às pessoas com necessidades especiais, a noção conceitual que é considerada pelo Programa de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais – PPNE/ UnB, para fim de cadastro, é que são aquelas pessoas que possuem alguma dificuldade (temporária ou não) que gera impacto no processo de aprendizagem. Assim, a pessoa com necessidades especiais pode ser, por exemplo, um acidentado que, temporariamente, tem sua capacidade de locomoção reduzida, ou quem possui transtornos, tais como: transtorno de déficit de atenção acompanhado ou não de hiperatividade – TDA/H, dislexia.

O conceito de deficiência da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e também esta referência conceitual sobre pessoas com necessidades especiais foram às referências conceituais utilizada para fins deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Necessidade Especial não é necessariamente uma deficiência, por isso com vistas à universalização da cidadania existem diversos dispositivos legais. O que se deve ter como finalidade é a igualdade, garantia de dignidade, a educação, trabalho, entre outros direitos assegurados a todos os cidadãos e cidadãs.

O que se percebe é que existe um grande arcabouço legal e normativo sobre a temática da deficiência e necessidades especiais, que lhes garantem todos os seus direitos individuais, porém ainda é visível o preconceito, a discriminação social e omissão do Estado que não viabiliza tais direitos previstos em Lei. E apesar de ser construído um novo conceito para a deficiência ainda evidenciam-se limitações em sua aplicação, conforme referido, o que dificulta a superação das barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, a partir de iniciativas do Estado. Diante disso:

Quando essas medidas não são adotadas, inclusive quanto a viabilização das políticas públicas, o arcabouço normativo aprovado está sendo lesado e as pessoas com tais impedimentos ficam expostas às deficiências do Estado e da sociedade de criarem condições para a realização dos direitos humanos . E assim, as deficiências são produzidas e reproduzidas com a conivente participação do Estado e da sociedade. (SILVA/CFESS Manifesta, Dezembro de 2012)

Isso mostra que muito ainda tem a ser feito em relação à efetivação dos direitos humanos, em especial às pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

Capítulo 2: A relação das pessoas com deficiência e necessidades especiais no Brasil com o sistema educacional brasileiro – aspectos relevantes da trajetória histórica.

A educação é uma área em que também são previstos direitos às pessoas com deficiência, mesmo que em grande parte algumas estruturas de ensino, pesquisa e extensão tenham precárias condições de acessibilidade e até mesmo sejam inacessíveis às pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

Nessa direção, ressalta-se que está previsto na Constituição Federal de 1988: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, Artigo 208, Inciso III). Todavia, sabe-se que o acesso das pessoas com deficiência a estas estruturas ainda é restrito e que são muitas as barreiras enfrentadas por elas.

Segundo MELO (2010): “O conceito de acessibilidade deve ser pensado numa perspectiva que contemple todo contexto da vida cotidiana do educando com deficiência sensorial, física, mental, dentre outras.” (MELO, 2010, p.113) Deve-se pensar, portanto, na acessibilidade para além da sala de aula, visando sempre à autonomia das pessoas com deficiência, para que as mesmas possam superar as barreiras que são impostas a elas diariamente.

Tais barreiras vão desde passeios destruídos ou sem rampas para passagem de cadeira de rodas, ausência de sinalização, de elevadores, inexistência de banheiros com portas largas, como também nos meios de comunicação, por meio da falta de sites e de computadores acessíveis, falta de informação que contribui para exclusão das pessoas com deficiência, e etc.

Já para a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004) a acessibilidade é definida como:

“a condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.” (ABNT, 2004)

E barreiras são definidas, segundo o Decreto 5296, como: “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.” (BRASIL, Art. 8º inciso II).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia (IBGE) de 2010 constatou-se que 23,91% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência, totalizando, aproximadamente, 45,6 milhões de pessoas (IBGE *apud* SILVA/CFESS Manifesta, dezembro de 2012).

Já dados do Censo da Educação Superior mostram que, em 2008, o Brasil alcançou o número de 11.412 alunos com deficiência matriculados em universidades e faculdades. No entanto, ainda existem limitações, e esses alunos representam somente 0,22% do total de matrículas no ensino superior (MANDELLI, 2009).

Conforme o relatório da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN (2013, p.10), o nível de instrução é um dos elementos que mais diferenciam pessoas com e sem deficiência. Dentre as pessoas com deficiência de 15 anos ou mais, 40,95% não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto. Na população sem deficiência esse percentual é de 23,38%. Isso revela o quanto à educação é prioritária para a redução das desvantagens sociais a que está submetido este segmento populacional.

Dados do Censo Educacional de 2010, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, apontam que no Distrito Federal tem mais crianças e jovens com deficiência ou necessidades especiais matriculados em escolas inclusivas. Atualmente, são mais de 13 mil alunos com deficiência ou necessidades especiais matriculados na rede pública, desses 7.8 mil participam de classes comuns, e os demais 5.229 pertencem às turmas especiais.

Segundo o Portal Brasil, o número de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010, e estudantes com deficiência passaram de 2.173 para 20.287⁵.

Diante de tais dados, percebe-se que ainda existe um grande número de pessoas com deficiência sem acesso à educação, mesmo esta sendo um direito de todos. Questiona-se então: Seriam as barreiras arquitetônicas um empecilho para as pessoas

⁵ Dados disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/10/ensino-superior-do-brasil-tem-recorde-de-matriculas-nos-ultimos-anos>. Acessado em: 11/10/2013.

com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade? Ou seriam outras barreiras? Será que a comunidade acadêmica está apta para lidar com alunos com deficiência e necessidades especiais? E as barreiras atitudinais e de comunicação será que elas influenciam no processo de inclusão desses alunos? Estas indagações orientaram a pesquisa realizada.

Ao longo de toda a trajetória histórica, é possível perceber que o atendimento educacional aos alunos com alguma necessidade especial atravessou diversos estágios, que vão desde a fase marcada por práticas de negligência e tortura, até o atual modelo de educação inclusiva conduzida pelo governo federal.

Nesta perspectiva de direitos, o Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial apresentou, em junho de 2007, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que visa constituir políticas públicas a fim de que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso ao ensino de qualidade e gratuito, em igualdade de condições.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (MEC/SEESP, p. 1, 2007)

O ensino especial se organizou tradicionalmente como um atendimento educacional especial segregador substitutivo ao ensino comum. No Brasil esse atendimento se iniciou com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, que é o atual Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos, também localizada no Rio de Janeiro (MEC/SEESP, 2007).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE também se destaca, por ser um importante movimento filantrópico do Brasil. Um grupo congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais fundou a primeira APAE do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1954. A entidade passou a contar com sede provisória da Sociedade de Pestalozzi do Brasil, onde foram criadas duas classes especiais. A escola foi se desenvolvendo, e de 1954 a 1962 surgiram outras Apaes.

Em 1962, para uma melhor articulação das ideias, foi criada a Federação de Apaes. Esta foi transferida para Brasília, e se caracteriza por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada.

Logo esse movimento se expandiu, e as Apaes, através de congressos, encontros, cursos, entre outros, sensibilizam a sociedade e também viabilizam os mecanismos, a fim de garantir os direitos de cidadania das pessoas com deficiência.

Antes, a educação especial era regida pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961– LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A Lei nº 5.692/71 altera a LDBEN de 1961, e define “tratamento especial” para os alunos com deficiência, mas tal Lei não garante um sistema de ensino capaz de atender às necessidades deste público e, dessa forma, acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes especiais.

Analizando a legislação e normas, observa-se como princípio básico que a educação dos alunos com deficiência ou necessidades especiais deve ocorrer com a utilização dos mesmos serviços educacionais organizados para a população em geral, podendo se realizar por meio de serviços educacionais especiais, caso seja necessário.

Assim, o sistema geral de educação abrange tanto os serviços educacionais comuns quanto os especiais, podendo-se interpretar que, quando a educação de “excepcionais” não se enquadra no sistema geral, estará enquadrada em um sistema especial de educação, dando a entender que as ações educativas desenvolvidas em situações especiais estariam à margem do sistema escolar.

Isso nos faz refletir que tal preceito é contrário ao que estabelece o artigo 88 da Lei nº 4.024/61, na qual embora desenvolvida por meio de serviços especiais, a educação de tais alunos pode enquadrar-se no "sistema geral de educação".

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que desenvolveu ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência. E, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial é publicada, a fim de orientar tal processo de assegurar o acesso das

peças com deficiência à educação. De acordo com o documento do MEC/SEESP (2007,p.3):

“A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.”

Sendo assim, as Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar a escolarização, se enquadrando então no “sistema geral de educação.”

A Organização das Nações Unidas – ONU declarou o ano de 1981 como “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, e obteve importantes resultados neste período, com seu Programa de Ação, adotado pela Assembleia Geral, através da resolução 37/82, de 3 de dezembro de 1982.

A partir da década de 1990 percebe-se que houve vários documentos que influenciaram o processo de formulação das políticas voltadas para a educação inclusiva, além da Constituição Federal de 88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA- que asseguram o direito a educação.

De acordo com MOREIRA, MICHELS e COLOSSI (2006), em 1994 houve uma nova ação da ONU que reforça a necessidade da educação inclusiva. Trata-se da Declaração de Salamanca, que aborda princípios, políticas e práticas na área das necessidades especiais, e define que os países participantes devem construir um sistema de qualidade para todos e adequar as escolas às necessidades de seus alunos.

Segundo o Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial (2007, p.3):

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

A Lei 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras⁶ e apoia seu uso e difusão como meio legal de comunicação. A Portaria 2.678/02 aprova diretrizes para uso e difusão do sistema Braille⁷.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência também adota medidas que buscam assegurar educação inclusiva de qualidade e gratuita em todos os níveis de ensino, ao ampliar o conceito de deficiência, que repercute de forma direta na efetivação de seus direitos.

Ao refletir sobre o processo da educação inclusiva, percebe-se que o mesmo foi formulado através de leis, decretos, resoluções e que esse acesso a todos os níveis de ensino, isto é desde a pré-escola à universidade, vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, mas ainda é ínfimo se comparado ao número geral de estudantes.

Garantir o ingresso e permanência do educando dentro da sala de aula é atentar também para as barreiras de ordem social, econômica, religiosa, étnica, assim como as descritas na legislação como as comunicacionais, arquitetônicas, urbanísticas e atitudinais. (MELO, 2011, p.113)

Constata-se que muitas pessoas com deficiência, tanto crianças, como jovens, não conseguem uma educação de qualidade porque encontram muitos empecilhos que dificultam seu processo de aprendizagem.

No caso da dificuldade de locomoção, é preciso permitir que o aluno chegue a sala de aula, no caso de aluno surdo, é necessário utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais ou outras tecnologias de informações disponíveis que permitem a comunicação, assim como no caso de aluno cego, para o qual existem várias tecnologias disponíveis além do sistema Braille. Todas essas dificuldades que esses alunos apresentam podem ser vistas como desvantagens, mas existe todo um arsenal que podem contribuir para resolver ou minorar as dificuldades que a eles se apresentam. (FIEGENBAUM, 2009, p.5)

Segundo FIEGENBAUM (2009), as barreiras são os principais empecilhos para que a pessoa tenha um processo de aprendizagem de forma natural, semelhante aos ditos normais. É preciso pensar em todos os alunos que possuem alguma desvantagem, não

⁶ Língua Brasileira de Sinais – Libras: a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visível-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Esta deve ser garantida pelo poder público em geral, e deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória para os cursos de formação de professores, e optativas para os demais cursos de educação superior.

⁷ Braille: é o sistema de leitura com o tato para cegos. O Braille é um alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por pontos em alto relevo. A partir dos seis pontos relevantes, é possível fazer 63 combinações que podem representar letras simples e acentuadas, pontuações, números, sinais matemáticos e notas musicais.

somente as pessoas com deficiência. Tal situação de desvantagem é entendida como resultante da sua deficiência, em interação com o meio ambiente.

O acesso ao ensino superior também vem tendo um aumento relevante, e mostra a necessária atenção que as universidades devem dar à adequação de métodos, processos e condições de ensino, pesquisa e extensão, a fim de que estes alunos que conseguiram ter acesso às universidades possam permanecer e concluir seus respectivos cursos, com qualidade e satisfação.

Desta maneira, temos o surgimento da chamada educação inclusiva, embasada teoricamente pelo paradigma da inclusão social, o qual reflete o modelo social da deficiência que defende que os problemas das pessoas com necessidades especiais não estão nelas tanto quanto estão na sociedade, a qual é chamada a valorizar cada pessoa, criando espaços e dando condições físicas e socioeconômicas para que todos possam gozar plenamente de iguais oportunidades de participação (RAMALHO e CARNEIRO, 2008, p.111).

De fato, percebe-se o desafio existente na inclusão dos alunos com deficiência, mas também é visível que as legislações dos últimos anos representam um avanço, pois possibilita a todos o direito à educação e indicam um caminho para um melhor atendimento a esses alunos.

Para a construção de um espaço inclusivo no ensino superior, é necessário que tais aparatos legais já instituídos, sejam apoiados por políticas públicas de educação.

Do mesmo modo que a proposta da inclusão na educação básica precisa ter uma organização pedagógica planejada, devidamente financiada para assegurar os apoios e recursos físicos, humanos e materiais aos alunos com necessidades educacionais especiais, o ensino superior necessita das mesmas condições. (MOREIRA, BOLSANELLO e SEGER, 2011, p.129)

Desde 2005, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação, publica editais com finalidades de apoiar projetos de consolidação e reestruturação dos núcleos de acessibilidades nas instituições federais de ensino superior.

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) cumpre o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 e no edital INCLUIR 04/2008, publicado no Diário Oficial da União nº 84, seção 3, páginas 39 e 40, de 5 de maio de 2008. São recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro e as que atendem às exigências são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC.

De acordo com SANTANA (2010) o desafio de se efetivar políticas de inclusão está em adequar seu sistema de ensino e ambiente para satisfazer a necessidade de todos

os estudantes, para que assim a escola seja um espaço de exercício de cidadania e agente de transformação social. Não basta só assegurar o ingresso da pessoa com deficiência, é necessário preparar e adequar seus espaços.

Por meio de uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da união, dos estados e dos municípios, é possível criar condição para que as pessoas, independentes das suas diferenças, tenham efetivados seus direitos à educação. (SANTANA, 2010, p.128)

É necessário também que toda a comunidade acadêmica esteja envolvida no processo de garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência e necessidades especiais à universidade. É preciso também, que o espaço escolar incentive o debate crítico e a capacitação de todos os profissionais, para que estes possam atender a todos os alunos, segundo as suas especificidades, e que os professores tenham interesse em adaptar sua metodologia de ensino para que fique acessível a todos.

No universo do seu fazer didático, o docente encontra heterogeneidade nas classes que leciona e mediante presença de estudantes com alguma deficiência ou necessidade especial, várias adequações se fazem necessárias do ponto de vista da acessibilidade a todos no que se refere à literatura de apoio às disciplinas; utilização de laboratórios de ensino; acompanhamento das aulas, principalmente daquelas que exigem interpretação de gráficos, esquemas, figuras, filmes não dublados, recursos áudio visuais, etc. realização de provas em conjunto com a classe; socialização e locomoção, além da sensibilização dos demais estudantes e comunidade acadêmica para o convívio com o diferente. (SANTANA, 2010, p.129)

Segundo a visão de MOREIRA, MICHELS e COLOSSI (2006) o sucesso da inserção dos alunos com deficiência ou necessidades especiais está ligado de forma direta ao trabalho desenvolvido por toda a escola. A inclusão defende e apóia a participação de todo o universo acadêmico, tais como: professores, alunos, direção, funcionários e toda a comunidade.

Percebe-se assim que a inclusão dos alunos com necessidades especiais está previsto em uma série de leis, houve avanços quanto ao conceito de deficiência, o que repercutiu na elaboração de todo arcabouço legal, porém ainda evidenciam-se limitações, tais como: as barreiras atitudinais, arquitetônicas e de comunicação. E a falta de acesso a um atendimento educacional justo e igualitário ainda continua acontecendo.

Incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais – aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si. (SANTANA, 2010 apud FERREIRA, 2007, p.44)

Isso mostra, a importância de se debater a temática, realizar pesquisa como a que se desenvolveu de modo a contribuir para elaboração de estratégias para a superação das barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência ou necessidades especiais, a fim de que eles possam ter assegurado o seu direito à educação.

Capítulo 3: A UnB como espaço de educação inclusiva: possibilidades e limites – uma análise a partir do curso de serviço social

A Universidade de Brasília é uma das mais importantes universidades do país, conceituada por sua excelência no ensino e pesquisa.

Ela foi criada em meio a muitas lutas em 15 de dezembro de 1961, por meio da lei 3.998. Somente em 1962 ela foi inaugurada, contando, na época, com 413 alunos. Foi o antropólogo Darcy Ribeiro que idealizou, fundou e foi o primeiro reitor da UnB.

No Brasil, foi a primeira universidade a ser dividida em institutos centrais e faculdades. Atualmente, ela conta com 4 campi, sendo estes na cidade de Brasília, Planaltina, Gama e Ceilândia.

Já o Departamento de Serviço Social – SER existe na UnB desde 1971, no período diurno, e em 1990 foi criado o Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Política Social.

Ressalta-se o grande avanço do SER, em 2009, com a criação do curso no período noturno, que é uma grande possibilidade de expansão das vagas públicas do ensino superior para aquelas pessoas que não conseguem ter acesso à Universidade pública no período diurno.

Na última década o Departamento vivenciou um amplo período de reestruturação tanto no nível de graduação como da pós-graduação, diante disso o número de estudantes ingressantes no curso de Serviço Social ampliou significativamente.

No dia 15 de maio de 2014, o SER contava com 580 alunos de graduação do diurno e noturno, 31 professores do quadro permanente e 8 servidores, segundo informações do SER/UnB.

No que se refere à deficiência e necessidades especiais, com o crescente ingresso de alunos identificados com essas condições nos vários cursos da UnB, foi criado o Programa de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais – PPNE, em 1999.

O PPNE foi implementado por um grupo de trabalho composto por representantes de setores estratégicos, tais como: Centro de Seleção e Promoção de Eventos – Cespe, Decanato de Assuntos Comunitários – DAC, Decanato de Graduação – DEG, Faculdade de Educação – FE, Prefeitura do Campus – PRC, e do Subprograma PNE Universitário.

O Programa surgiu da necessidade em atender os primeiros alunos com deficiência que começaram a aparecer na UnB, nos anos 1980, e que não conseguiam ter um bom desempenho. Então se percebeu que essa dificuldade poderia estar relacionada à falta de adequação da Universidade em atender e acolher essa demanda.

Nesse contexto, foram elaboradas ações pelo Sistema de Orientação ao Universitário - SOU e o Decanato de Graduação – DEG, a fim de que a demanda dos estudantes com deficiência alcançasse visibilidade na comunidade acadêmica.

Em 1988, o DEG editou uma resolução que criou uma comissão temporária, com objetivo de atender não apenas os alunos, mas também os professores e servidores da Universidade com deficiência. Ao término dos trabalhos, a comissão percebeu que as tentativas anteriores de mobilizar a comunidade universitária sobre a questão da deficiência não obtiveram resultados.

Em 1990, foi criada uma nova comissão, que definiria um Projeto de Ensino Especial para a Universidade. Diante disso, a Universidade passou a elaborar uma política de ensino especial que superasse ações isoladas.

Dessa forma, em 1994, começaram alguns movimentos de avaliação da infraestrutura de apoio às pessoas com deficiência da UnB, consolidados por meio de um relatório elaborado pela equipe da Resolução DEG/UnB 002/1994. Essa Resolução constituiu uma Comissão de Estudos sobre a Questão das Pessoas com Necessidades Especiais na UnB.

A comissão de 1994 estabeleceu várias articulações e convênios, com setores internos na UnB e órgãos externos, firmando assim estratégias de apoio ao ingresso das pessoas com necessidades especiais na Universidade.

Em 1998, a Diretoria de Desenvolvimento Social - DDS do Decanato de Assuntos Comunitários - DAC, propôs uma mudança no gerenciamento das ações voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência na UnB. O projeto de atendimento aos alunos com necessidades especiais foi apresentado pela DDS à administração superior da Universidade, que o aprovou em outubro de 1999 por meio do Ato da Reitoria 1.068/1999 com o nome de Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais da UnB.

O foco do Programa não é na deficiência e nas necessidades especiais, mas na relação dos estudantes com deficiência e necessidades especiais com a política de educação e tem como objetivo estabelecer uma política permanente de atenção a estes alunos na universidade, assegurando sua plena integração à vida acadêmica.

De acordo com a Resolução CEPE/UnB 48 de 12/09/2003 são objetivos do PPNE:

- Propiciar e garantir a igualdade de condições para o desempenho acadêmico dos alunos com necessidades especiais;
- Articular juntamente com a Faculdade de Educação da UnB a formação de profissionais especializados em educação especial e apoiar o desenvolvimento de pesquisa e trabalho nesta área;
- Socializar o acesso e a permanência dos alunos PNE's na UnB, promovendo uma política de boa convivência universitária, que favoreça a integração e a formação de cidadãos plenos;
- Propor a eliminação de barreiras arquitetônicas no Campus Universitário;
- Orientar e apoiar os Colegiados de Curso na adequação curricular para atender às especificações dos PNE's e
- Orientar, informar e emitir parecer substanciado, visando análise e decisão dos Órgãos Colegiados.

O PPNE tem como principais projetos e atividades:

- Programa de Tutoria Especial: serviço de apoio ao estudante com necessidades especiais nos moldes da monitoria. Os tutores são colegas da disciplina que tem a função de apoiar o tutorado dentro ou fora de sala de aula a partir de suas necessidades especiais acadêmicas. Ao tutor especial será concedido dois créditos no seu histórico escolar e a possibilidade de receber uma bolsa de monitoria.
- Acompanhamento acadêmico: tem por objetivo acompanhar a vivência acadêmica dos estudantes cadastrados no PPNE e construir, em conjunto com

eles e seus professores, estratégias e adequações de acordo com suas necessidades.

- Interação com Institutos e Faculdades: objetiva dialogar com coordenadores de curso, professores e servidores sobre as necessidades dos estudantes cadastrados e buscar estratégias para a adequação de espaços físicos e da prática educativa.
- Interação com a Prefeitura do Campus: visa a assegurar a acessibilidade dos projetos urbanos dos Campi e eliminar barreiras arquitetônicas.
- Parceria com o laboratório de apoio ao deficiente visual (LDV) da Faculdade de Educação: possibilita o acesso a materiais e equipamentos adaptados para pessoas com deficiência visual, com impressão em tipo ampliado e Braille, utilização de ferramentas e recursos computacionais.
- Realização de cursos e palestras para a comunidade interna e externa à UnB.
- Parceria com a Biblioteca Digital e Sonora (BDS): o projeto da Biblioteca Central da UnB busca democratizar o acesso à educação.
- Transporte no Campus: veículo disponível, com prévio agendamento, para estudantes cadastrados no PPNE com dificuldades de locomoção.

Para se cadastrar no Programa o estudante deve apresentar um laudo médico comprobatório de sua necessidade especial e ser atendido pela equipe no processo de acolhimento, tendo em vista que é a única forma de controle que o PPNE possui, pois não há médicos na equipe. Esse cadastro não é obrigatório.

São atendidos 147 alunos com necessidades especiais distribuídos em 63 cursos de graduação da UnB, sendo em maior quantidade, pessoas com dislexia, TDAH, e TDA, em segundo, pessoas com deficiência física, seguido por deficiência visual, e por último deficiência auditiva.

1- Quadro Representativo do número de alunos com deficiência e necessidades especiais por curso

CURSO	QUANTIDADE DE ALUNOS	CURSO	QUANTIDADE DE ALUNOS
Administração	10	Direito	4
Fisioterapia	2	Serviço Social	4

Engenharia Química	1	Artes Plásticas	3
Arquitetura e Urbanismo	2	Gestão em Saúde Coletiva	2
Geociências aplicadas	1	Psicologia	3
Engenharia de Computação	1	Engenharia Mecatrônica	1
Filosofia	2	Ciências Ambientais	3
Literatura e Práticas Sociais	1	Ciências Econômicas	1
Linguística	3	Geografia	2
Agronomia	8	Ciência da Computação	2
Engenharia Elétrica	3	Engenharia Mecânica	2
Gestão do Agronegócio	1	Física	2
Engenharia Civil	4	Engenharia Florestal	3
Engenharia da Computação	2	Ciências Contábeis	2
Sociologia	2	Ciências Biológicas	6
Terapia Ocupacional	3	Engenharia de Produção	1
Geologia	2	Química	2
Estatística	1	Biblioteconomia	2
Engenharia Biomédica	1	Letras - Francês	2
Medicina	1	Matemática	4
Ciências Sociais	3	Letras - Inglês	2
Letras - PBSL	2	Letras - LEA	1

Música	2	Letras - Espanhol	2
Enfermagem	1	Engenharia	4
Engenharia de Energia	2	Engenharia Elétrica	3
Engenharia de Software	1	Engenharia Automotiva	2
Engenharia Ambiental	1	Desenho Industrial	2
Geofísica	2	História	3
Pedagogia	1	Ciência Política	3
Turismo	1	Antropologia	1
Literatura e Práticas Sociais	1	Arquivologia	1
Filosofia	1		

Fonte: elaboração própria com base nos dados obtidos no PPNE.⁸

É possível apresentar 3 principais formas de identificar os estudantes que podem se cadastrar no PPNE:

- Através dos alunos que pediram atendimento especial no PAS/vestibular;
- Pela demanda espontânea, através da divulgação na universidade;
- E o encaminhamento de professores e/ou coordenadores do curso do qual o estudante esta matriculado.

Na UnB, a Resolução CEPE/UnB 48 de 12 de setembro de 2003 dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares de graduação e pós-graduação, com necessidades especiais, sendo eles:

- Adaptação de provas;
- Tempo adicional para realização das provas;
- Adaptação de recursos instrucionais: material pedagógico e equipamentos;
- Adaptação de recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação;
- Apoio especializado necessário, intérprete de língua de sinais e leitor,

⁸ Dados fornecidos pelo PPNE, em 18/06/2014.

conforme a necessidade educacional especial apresentada.

Perfil e dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais do curso de Serviço Social

A análise das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência ou necessidades especiais no curso de Serviço Social da UnB e a visão da comunidade acadêmica do SER sobre elas, baseou-se em dados coletados por meio de entrevistas com os alunos com alguma deficiência ou necessidades especiais, matriculados entre o primeiro semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2014, do curso de Serviço Social, porém houve dificuldade no contato com todos esses alunos, e foram entrevistados 75% do total desses alunos; 7 professores do quadro permanente do SER, que representam 22,5% do total de professores, escolhidos por sorteio; e questionário aplicado aos 2 servidores da secretaria do SER, que representam 25% do total de servidores.⁹

No dia 19 de junho de 2014, estão cadastrados no PPNE 147 alunos, sendo 8 alunos da pós graduação, divididos em 63 cursos. Deste total de alunos, quatro são do curso de graduação de Serviço Social, o que representa 2,87% do total de alunos com deficiência ou necessidades especiais matriculados na UnB, cadastrados no PPNE.

Dos alunos entrevistados do curso de Serviço Social, percebe-se, segundo o **quadro 1**, que 100% deles ingressaram na UnB por meio do Vestibular. Entre esses alunos, A, B e C, há uma faixa etária variada, de 28, 26 e 60 anos, assim como o semestre em que estão inseridos, 8º, 2º e 8º, respectivamente. 66,6% deles trabalham e possuem renda.

Em relação ao tipo de deficiência ou necessidade especial há um predomínio do déficit de atenção – TDA/H, popularmente conhecido como hiperatividade.

O TDA/H é um transtorno bastante freqüente entre crianças e adultos, caracterizado por três sintomas básicos: desatenção, impulsividade e hiperatividade física e mental. (SILVA, 2008) Tem sido observado em cerca de 7,8% das crianças, e em torno de 4,8% dos adultos¹⁰. Segundo GOMES e VILA NOVA “A característica essencial do TDAH é

⁹ Foram atribuídos símbolos para identificação dos entrevistados, a fim de garantir o sigilo dos informantes. Sendo: A, B, C, para os alunos com alguma deficiência ou necessidades especiais; 1, 2, 3, 4,5,6,7, para os professores do Departamento do Serviço Social; X, Y, para os servidores da Secretaria do Serviço Social.

¹⁰ Dados disponíveis em: <http://adhd.com.br/> . Acessado em : 22/06/2014.

um padrão persistente de desatenção e/ou de hiperatividade, mais frequente e em maior grau do que tipicamente observado nos indivíduos com nível equivalente de desenvolvimento”. (1999, p.140)

De acordo com SILVA “o transtorno se revela de várias formas: ora com predomínio de desatenção, ora com a hiperatividade e a impulsividade mais marcantes, ou até mesmo com todos os sintomas agrupados numa só pessoa”. (2008, p.12) A autora afirma que o TDA não é uma doença, mas sim um funcionamento mental acelerado, que necessita de um correto direcionamento, porém o que se observa é a desinformação das pessoas acerca do assunto, e esse vem sendo um dos maiores entraves na vida de uma pessoa com TDA.

Ainda na visão da autora, acredita-se que o esforço dos pais, dos professores e terapeutas faz a grande diferença para que os que possuem TDA possam reconstruir sua autoestima e despertar seu potencial. (SILVA, 2008) Pois com o tempo, quando esses comportamentos não são compreendidos e bem administrados, tanto por eles mesmos como também pelas pessoas de seu convívio, eles acabam tendo um gasto de tempo e esforço muito maior do que o necessário para a realização de suas tarefas cotidianas, e isso pode gerar agressividade, descontrole alimentar, tagarelice incontrolável, etc.

2 - Quadro Demonstrativo do Perfil dos Estudantes do curso de serviço social/UnB com deficiência ou necessidade especial entrevistados

Estudantes	Idade	Forma de ingresso	Número de tentativas	Semestre em que se encontra/turno	1º curso?	Trabalha? Possui alguma bolsa de auxílio?	Tipo de deficiência
A	28	Vestibular	4	8º semestre/diurno	Sim	Não trabalha, mas possui bolsa permanência e auxílio moradia	TDAH
B	60	Vestibular	2	8º semestre/noturno	Sim	Trabalha	Deficiência auditiva
C	26	Vestibular	1	2º semestre/noturno	Não.	Trabalha	TDA/H com Dislexia

Fonte: elaboração própria com base nas informações obtidas mediante entrevistas realizadas.

Já em relação às principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência ou necessidades especiais do curso de Serviço social, percebe-se, conforme mostra o **quadro 2**, que os alunos A e C, que possuem o TDA/H, afirmam ter dificuldades relacionadas ao tempo para leitura dos textos.

O aluno C afirma, durante a entrevista:

“Todas as matérias do curso exigem muita leitura e são textos muito extensos, não dá tempo de assimilar tudo. Nem sempre os professores disponibilizam os textos com uma quantidade de tempo suficiente, eu sou uma aluna que trabalho, e também sou uma aluna que dou um pouco de trabalho pra entender os textos, então eu tenho que ler umas 3 vezes pra entender. Slides normalmente os professores passam muito rápido, trabalho em grupo é muito difícil pra mim, pois nem todos sabem do meu déficit e muitos não entendem que eu lido diferente com algumas coisas. A metodologia de boa parte dos professores não me ajuda.”

Se enxerga, então, a necessidade de disponibilização dos textos com maior quantidade de tempo pelos professores.

Esses mesmos alunos disseram que por sua necessidade especial não ser visível, há uma dificuldade, pois não há um consenso sobre o TDA/H. E este foi um dos motivos do aluno C abandonar o seu antigo curso que realizava na UnB, ele afirma ter sofrido discriminação, e ter enfrentado muitas dificuldades para conseguir ter seus direitos garantidos.¹¹

O aluno A afirmou já ter sofrido discriminação com um professor de outro curso da UnB,¹² no qual dizia que TDA/H e depressão “são as doenças da moda” (aluno A). E isso só confirma a fala da autora SILVA (2008) quando diz que um dos maiores entraves na vida de uma pessoa com TDA é a desinformação.

Já o aluno B, que possui deficiência auditiva, diz não ter maiores dificuldades quanto à metodologia dos professores, mas afirma: “A minha única dificuldade é quando o docente tem a voz muito baixa ou que não tem o costume de falar de frente para a turma.” E continua dizendo:

“Especificamente no meu caso, não há necessidade de qualquer outro tipo de intervenção, a não ser a utilização da voz em tonalidade mais forte e de frente para a turma, para que eu possa, além de ouvir melhor, ter a oportunidade de fazer leitura labial.”

¹¹ O aluno C, cursou 7 semestres de Contabilidade na UnB, porém disse não ter tido nenhum apoio em seu Departamento, além de ter sofrido discriminação e isso o influenciou a abandonar o curso.

¹² O aluno A já sofreu discriminação de um professor da Psicologia, onde fez parte, por um tempo, de seu grupo de pesquisa.

Quanto às barreiras, sejam elas arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, 100% dos alunos afirmam que a UnB possuem tais barreiras, e que precisam ser superadas, pois influenciam no processo de aprendizagem. Diante disso, o aluno B afirma: “Para a minha deficiência não sinto qualquer tipo de dificuldade, no entanto, para os cadeirantes e deficientes visuais vejo que ainda é necessário fazer muita coisa para que eles tenham acesso mais fácil.”

Percebe-se, assim, que para algumas deficiências e necessidades especiais, a UnB se torna ainda menos acessível, na medida em que não dispõe de condições adequadas para acessibilidade de todos os alunos. Um grande exemplo são os anfiteatros, salas com capacidade para até 150 pessoas, onde não há uma boa acústica, seria necessário o uso de microfone, mas não são todos os professores que utilizam tal instrumento, são salas inacessíveis para cadeirantes, pois possuem degraus, além de serem salas utilizadas para atenderem a turmas muito grandes. Os alunos que possuem alguma dificuldade de mobilidade e locomoção ficam ainda mais prejudicados com a estrutura física da UnB.

Os alunos A e C, dizem ter muitas dificuldades quanto ao acesso às informações. O aluno C diz:

“Se você não tiver num extremo caso de necessidade, se você não conhecer alguém que saiba da existência dessas informações, você nunca vai ter acesso. Então eu acho muito deficiente esse acesso às informações, a forma como elas estão aí, e nessa questão de matrícula, por exemplo, esse semestre foi quase um problema, porque dependendo da necessidade especial da pessoa há sim uma dificuldade, para mim que tenho déficit de atenção se não tiver bem claro e brilhando na minha cara, eu tenho sim uma dificuldade para visualizar pra chegar a algumas informações. Eu tenho certa dificuldade para descobrir as informações e pra chegar nelas.”

O aluno C diz enfrentar dificuldades também quando se tem aula em um dos anfiteatros, pois além de não possuir uma boa acústica, se o aluno não consegue algum lugar na frente para assistir a aula, ele se sente prejudicado, pois não consegue enxergar e nem ouvir o professor direito, então ele fica desconcentrado.

Em relação à inserção em grupo de pesquisa, 100% deles afirmam não participar de nenhum grupo, os alunos B e C dizem que é porque são do noturno e trabalham durante o dia, então há uma certa dificuldade por conta de seus horários.

100% dos alunos reconhecem a importância do coordenador do curso estar ciente de sua deficiência ou necessidade especial, mas apenas 33,3% deles afirmam ter facilidade de se comunicar com a coordenação ou secretaria do curso. A maior dificuldade observada foi em relação aos horários de atendimento aos alunos do noturno.

Quanto ao PPNE, 100% deles conhecem, são cadastrados no programa, e o consideram de extrema importância. O aluno C diz:

“Ele [PPNE] contribui muito principalmente, porque aqui dentro da UnB ele é uma ponte, pra garantir junto aos professores acesso alguns desses direitos. Por exemplo as cartas do PPNE, só de ter um timbre, carimbo ou assinatura de alguém, isso já tem um peso maior do que simplesmente eu chegar e falar da minha necessidade. Tanto é que no período de greve, eu não tive apoio nenhum, porque o PPNE também aderiu à greve. Então nenhum professor me deu condições de ter acesso aos meus direitos, como quando a carta do PPNE é apresentada.”

Já o aluno B afirma: “Contribui muito, pois é com a possibilidade de contar com os tutores, que consigo fazer um acompanhamento mais sistemático das disciplinas.”

3 - Quadro Representativo das Dificuldades dos Estudantes

Estudantes	Principais dificuldades do ponto de vista metodológicos e didáticos.	Participa de Algum grupo de pesquisa?	Acha importante o coordenador do curso estar ciente da sua deficiência ou necessidade especial ?	Tem facilidade de se comunicar com a coordenação ou secretária do curso?	Conhece o PPNE?
A	Tempo para leitura dos textos.	Já participou.	Sim	Mais ou menos, nem sempre é fácil, pelos horários também.	Sim.
B	Quando o docente tem a voz baixa ou não tem o costume de falar virado para frente.	Não.	Sim	Sim	Sim.
C	Todas as matérias do curso exigem muita leitura e são textos muito extensos, não dá tempo de assimilar tudo.	Não.	Sim	Não, eu tenho certa dificuldade, porque sou do noturno e trabalho.	Sim

Fonte: elaboração própria com base nas informações obtidas mediante entrevistas realizadas.

Em relação às sugestões de melhorias para o atendimento aos alunos com deficiência ou necessidades especiais, o aluno A sugere: “Mais informações para o estudante, viabilizar mais o acesso a como trancar a matéria, por exemplo, auxílio e bolsas da assistência estudantil.”

Já o aluno C diz:

“Com relação aos servidores, acho que palestras para sensibilização ou até mesmo informação [...] Ou que pelo menos tenha uma pessoa em cada departamento que tenha condições de atender a essa demanda diferenciada, assim como é no banco onde eu trabalho. Se tiver uma pessoa que tenha capacitação específica para entender que vão chegar alunos com determinadas necessidades, e boa parte deles já tem um histórico de restrições muito grandes, de limitações, de passar por situações extremamente constrangedoras. Ter uma pessoa para saber lidar ou no mínimo saber direcionar para outro setor.”

O mesmo aluno também sugere criação de horários específicos para o atendimento aos alunos do noturno, tanto da coordenação, como do PPNE.

Assim, os alunos entrevistado possuem um perfil de pessoas adultas, acima de 26 anos, ingresso na UnB por vestibular, geralmente depois de mais de uma tentativa, 66,6% deles trabalham, todos eles afirmam conhecer o PPNE.

Perfil dos professores do SER e visão sobre as principais dificuldades dos alunos com deficiência ou necessidades especiais

Dos 7 professores entrevistados, percebe-se, conforme mostra o **quadro 3**, que 100% deles não possuem algum curso específico para o atendimento a alunos com deficiência ou necessidades especiais, apesar de todos afirmarem conhecer e já ter tido algum aluno com essas características dentro de sala de aula. 24,5% dos professores dizem nunca ter visto algum curso desses oferecido pela UnB, mas acreditam ser uma iniciativa interessante.

Nesse sentido o professor 7, afirma:

“Gostaria de ressaltar que não obtive informações sobre a oferta destes cursos na Universidade de Brasília. Seria importante a oferta de cursos para os docentes e técnicos administrativos sobre a deficiência, as condições de acessibilidade na universidade, e da acessibilidade pedagógica.”

Dessa forma, se observa que na UnB não há um incentivo para capacitação de seus servidores, e que isso fica por conta do interesse pessoal do profissional.

Segundo as entrevistas realizadas, 100% dos professores conhecem ou já ouviram falar do PPNE, mas o que se percebe é que esse conhecimento é muito restrito a uma ou outra atividade e projeto oferecido pelo programa, principalmente pelas cartas em que o PPNE apresenta seus alunos cadastrados aos professores.

Em relação aos recursos didáticos e metodológicos, 100% dos professores afirmaram procurar atender a necessidade de todos os alunos.

Quanto aos casos de abandono de curso de alunos com deficiência ou necessidades especiais devido a não adaptação à UnB, foi unânime o não conhecimento por parte dos professores. Segundo o professor 3:

“... como a gente acaba acompanhando a vida dos alunos de forma muito fracionada, ou você está com eles por conta da disciplina, ou num núcleo de pesquisa, você não acompanha aquele aluno do início ao fim. Pode ser que tenha sim um ou outro, mas eu não conheço exatamente um aluno do nosso curso que abandonou em função dessa dificuldade. O que hoje eu me recordo, de imediato, dos cadastrados no PPNE, me parece que todos ainda estão no curso.”

Conforme a entrevista, 100% dos professores possuem ou participam de algum grupo de pesquisa, mas somente 14,28% afirmam ter participação de algum aluno com deficiência ou necessidades especial. Segundo o professor 1, não há nenhum impedimento para que esse aluno possa participar da pesquisa, mas não tem.

Todos os professores entrevistados reconhecem que é absolutamente necessário que a UnB amplie suas condições de acessibilidade para assegurar permanência na universidade e conclusão do curso. De acordo com o professor 1: “Isso aí é fundamental para que todos os alunos possam, independente de suas limitações físicas, ter acesso a educação. Então, a acessibilidade é um direito, que atravessa vários direitos.”

Já, segundo o professor 2: “o que eu acho por princípio é que as instituições tem que assegurar o mínimo de acessibilidade, mesmo que ela não tenha hoje alunos que demandem isso, que as condições dos prédios sejam acessíveis na locomoção de qualquer cidadão.”

Ainda sobre a acessibilidade, o professor 4 diz:

“É dever da universidade. Não se trata de um requerimento moral, de uma opção, é um dever, é obrigação. A função da universidade tem como pressuposto assegurar que qualquer aluno, em qualquer condição, em qualquer circunstância, tenha pleno acesso à educação. Portanto não é uma necessidade é um dever.”

Sobre as sugestões de melhorias no atendimento aos alunos do Serviço Social com deficiência ou necessidade especial, houve muitas respostas, mas todas envolvem a melhor divulgação do PPNE, maior visibilidade desses setores específicos que atendem a esses alunos, elaboração de medidas pedagógicas dentro do Departamento, melhorias não só na infraestrutura da universidade, investimento em profissionais qualificados para o atendimento desse segmento.

4.1 - Quadro Demonstrativo do Perfil dos Professores do Departamento de Serviço social entrevistados

Professores	Tempo de UnB	Participou de algum curso para o atendimento a alunos com deficiência ou necessidade especial?	Conhece algum aluno com deficiência ou necessidade especial?	Já teve algum aluno com deficiência ou necessidade especial?
1	5 anos	Não	Sim	Sim
2	6 anos	Não	Sim	Sim
3	5 anos e meio	Não	Sim	Sim
4	4 anos	Não	Sim	Sim
5	3 anos	Não	Sim	Sim
6	3 anos	Não	Sim	Sim
7	2 anos e 10 meses	Não	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria com base nas informações obtidas mediante entrevistas realizadas.

4.2 Quadro Demonstrativo do Perfil dos Professores do Departamento de Serviço social entrevistados

Professores	Conhece o PPNE?	Utiliza recurso didáticos e metodológicos que atendam as necessidades de todos?	Tem conhecimento de algum caso de abandono de curso devido a não adaptação à UnB?
1	Sim	Eu utilizo recursos básicos, e quando eu tenho ciência de uma necessidade mais específica, eu tento utilizar outras coisas que em geral eu não utilizo.	Não
2	Sim	Procuro atender, eu penso de uma forma dialogada, tipos de exercícios que levem a participação deles, tento contemplar de alguma forma.	Não
3	Sim	Utilizo de uma metodologia comum a todos, quando necessário faço adaptação da metodologia e processo	Não

		avaliativo.	
4	Só de nome, nunca acompanhei nada de perto.	Sou um professor tradicional, dou aula apoiado no raciocínio, em conseqüente se você for surdo, cego, mudo, e conseguir de alguma forma estabelecer uma relação comigo, eu farei o possível para ensinar você a pensar.	Não
5	Sim	Em específico não, mas procuro dar a possibilidade de participar das mesmas condições que as outras pessoas.	Não
6	Sim	Sim	Não
7	Sim	Sim, eu busco adotar recursos didáticos que contemplem as necessidades a partir de consulta aos estudantes com deficiência.	Não

Fonte: elaboração própria com base nas informações obtidas mediante entrevistas realizadas.

Assim, os professores do Departamento de Serviço Social entrevistados tem um perfil de tempo de UnB superior a 2 anos, onde nenhum deles possui algum curso específico para o atendimento aos alunos com deficiência ou necessidades especiais, apesar de todos afirmarem conhecer e já ter tido algum aluno com essas características em sua sala de aula, todos possuem ou participam de grupo de pesquisa, mas não há inserção de nenhum aluno com deficiência ou necessidades especiais, todos afirmam conhecer o PPNE, mesmo que de forma restrita .

Perfil dos Servidores do SER entrevistados e sua visão sobre as principais dificuldades dos alunos com deficiência ou necessidades especiais

Segundo entrevista realizada com os servidores da secretaria do SER, como mostra o **quadro 4**, é possível observar que não há um incentivo por parte da UnB na capacitação de seus servidores, onde 50% dos servidores possuem curso voltado para o atendimento dos alunos com deficiência ou necessidades especiais, mas os outros 50% não possuem.

50% dos servidores afirmam conhecer algum aluno com deficiência ou necessidades especiais, porém não há conhecimento de caso de abandono de curso desses alunos.

Foi unânime o conhecimento do PPNE, mas percebe-se que este também se dá de forma muito restrita. Os servidores afirmam não terem enfrentado nenhuma dificuldade no atendimento aos alunos com deficiência e necessidades especiais, mas 50% dizem não achar que a secretaria está preparada para esse atendimento, pois não possuem nenhum curso específico.

Entre as sugestões de melhoria está a aplicação de curso voltado para esse segmento, e a questão da acessibilidade arquitetônica também.

5 - Quadro Demonstrativo do Perfil dos Servidores do departamento de serviço social entrevistados

Servidores	Tempo de UnB	Participou de algum curso para o atendimento a alunos com deficiência ou necessidade especial?	Conhece algum aluno com deficiência ou necessidade especial?	Tem conhecimento de algum caso de abandono de curso devido a não adaptação à UnB?	Conhece o PPNE?	Já enfrentou alguma dificuldade no atendimento aos alunos com deficiência ou necessidade especial?
X	De 1 a 3 anos	Não, a UnB não incentiva	Não	Não	Sim	Não
Y	Mais de 10 anos	Sim, pelo Cespe	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: elaboração própria com base nas informações obtidas mediante entrevistas realizadas.

Assim, os servidores do Departamento do Serviço Social, tem um perfil de tempo de UnB superior a 1 ano, onde 50% possuem algum curso voltado para o atendimento aos alunos com deficiência ou necessidades especiais, mas todos afirmam que não há um incentivo por parte da UnB. Não é de conhecimento de todos a existência desses alunos no curso de Serviço Social, e não há também conhecimento de caso de abandono do curso. Todos afirmam conhecer o PPNE, mas não sabem exatamente quais os programas oferecidos a esses alunos. 50% dos servidores afirmam

não achar que a secretaria do SER está apta para lidar com o atendimento a esses alunos e acham que seria importante a UnB oferecer algum curso específico.

Percebe-se, dessa forma, que a hipótese da qual se partiu foi confirmada, através das entrevistas e questionários realizados. Comprovou-se que entre as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais, para permanecerem no curso de Serviço Social, no período entre 2010 e 2014, as barreiras atitudinais, arquitetônicas e de comunicação ocupam lugar relevante. Elas de fato são empecilhos para o aprendizado de qualidade.

E a visão da comunidade acadêmica vinculada ao Departamento de Serviço Social sobre estas dificuldades é restrita a um pequeno grupo de professores, pois não há um incentivo da UnB na capacitação de seus servidores. Isso limita a ação positiva do SER no sentido de assegurar a permanência destes alunos no curso de Serviço Social para que os mesmos possam concluí-lo com qualidade.

É notável que existe um consenso, tanto por parte dos alunos, como também dos professores e servidores, sobre a importância da UnB em disponibilizar algum curso específico para o atendimento a essa demanda de alunos com deficiência e necessidades especiais. 66,6% desses alunos afirmam que a grande dificuldade que enfrentam diz respeito ao acesso às informações, e que não possuem facilidade na comunicação com a coordenação do curso, nem com a secretaria.

Já os servidores da Secretaria afirmam nunca ter enfrentado nenhuma dificuldade no atendimento a qualquer aluno. 100% dos professores afirmam procurar atender a necessidade de todos os alunos, mesmo não usando recursos e materiais específicos, todos eles já tiveram em sua sala de aula alunos com deficiência ou necessidades especiais.

66,6% dos alunos entrevistados possuem TDA/H, e dizem que, em sala de aula, sua principal dificuldade se refere ao tempo para leitura e assimilação dos textos, já que são textos extensos, e nem sempre são disponibilizados com antecedência suficiente.

100% das pessoas que foram entrevistadas, e responderam aos questionários, reconhecem a necessidade de a UnB ampliar suas condições de acessibilidade para a superação das barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência ou necessidades especiais.

Em relação às sugestões de melhorias no atendimento aos alunos do Serviço Social com deficiência ou necessidade especial, todas as respostas envolvem a melhor

divulgação do PPNE, maior visibilidade desses setores específicos que atendem a esses alunos, elaboração de medidas pedagógicas dentro do Departamento, melhorias não só na infraestrutura da universidade, investimento em profissionais qualificados para o atendimento desse segmento, etc.

Considerações Finais

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de fato atingiu seu objetivo, que foi conhecer as dificuldades enfrentadas por estes alunos para permanecerem no curso de Serviço Social, bem como a visão da comunidade acadêmica sobre elas, além de contribuir para uma maior compreensão teórica sobre o tema e possibilitar a elaboração de estratégias para melhoria das condições de acessibilidade e superação das barreiras existentes na UnB.

A hipótese da qual partimos foi comprovada, através das entrevistas e questionários realizados, pois entre as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e necessidades especiais, para permanecerem no curso de Serviço Social, no período entre 2010 e 2014, as barreiras atitudinais, arquitetônicas e de comunicação ocupam lugar relevante. E a visão da comunidade acadêmica vinculada ao Departamento de Serviço Social sobre estas dificuldades é restrita a um pequeno grupo de professores, o que limita a ação positiva do SER no sentido de assegurar a permanência destes alunos no curso de Serviço Social para que os mesmos possam concluí-lo com qualidade.

Acredita-se que foi relevante pesquisar tais dificuldades enfrentadas por estes alunos, para que se possa ter uma compreensão das barreiras enfrentadas por eles cotidianamente, especialmente as arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, pois elas realmente influenciam em seu processo de aprendizagem e têm impacto na sua vida acadêmica.

Houve algumas dificuldades relacionadas à metodologia, não foi possível realizar as entrevistas com todos os alunos com deficiência ou necessidades especiais, foi bem difícil conseguir contato com eles, da mesma forma ocorreu com os professores, muitos não puderam participar das entrevistas, devido à falta de horários disponíveis e a correria de final de semestre, já com os servidores da secretaria a dificuldade se deu pela greve dos técnicos administrativos, então ficou um número reduzido de servidores para o atendimento aos alunos. Mas mesmo com essas dificuldades foi possível fazer a coleta e análise dos dados.

Através desse trabalho, percebe-se que a UnB ainda precisa ampliar muito suas condições de acessibilidade, para garantir o acesso, permanência e conclusão de curso com qualidade aos alunos com deficiência ou necessidades especiais.

É necessário que a UnB incentive a capacitação de seus servidores, e que toda a comunidade acadêmica esteja envolvida no processo de garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência e necessidades especiais à universidade. Também é necessário que a UnB dê maior visibilidade aos setores que realizam atendimento a esses alunos, que reveja também seus projetos de acessibilidade, no que diz respeito à infraestrutura, etc. Pois a inclusão dos alunos com deficiência ou necessidades especiais é um desafio para todo o sistema educacional, e exige adequações não só nos espaços físicos, mas também na comunicação e nas atitudes entre alunos, professores e demais componentes da comunidade acadêmica.

8. Referências bibliográficas

Acessibilidade. Disponível em : <http://www.fnnde.gov.br/acessibilidade> . Acessado em : 02/05/2014

APAE. Um pouco da história das Apaes. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12468> . Acessado em 12/05/2014.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

Cresce o nº de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,cresce-o-n-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-superior,487604,0.htm>. Acessado em: 11/10/2013

DIAZ, Felix et al. Educação inclusiva, deficiência e contexto social. Salvador: EDUFBA, 2009

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia. Deficiência e Igualdade. Brasília: Editora UnB, 2010.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007

História da Universidade de Brasília. Disponível em : <http://www.unb.br/unb/historia/resumo.php> . Acessado em 27/11/2013

Matrículas de pessoas com deficiência em universidades cresceram 933% em dez anos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/10/ensino-superior-do-brasil-tem-recorde-de-matriculas-nos-ultimos-anos>. Acessado em: 11/10/2013.

MDS. Benefício de Prestação Continuada. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc> Acessado em : 14/07/2014.

MEDEIROS, Maria Bernadette. CFESS, 2010. “Dia de Luta da Pessoa com Deficiência.” Disponível em : Dia de Luta da Pessoa com Deficiência. Disponível em :

[http://www.cfess.org.br/arquivos/2010.09.21_cfessmanifesta_PessoaComDeficiencia\(final\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/2010.09.21_cfessmanifesta_PessoaComDeficiencia(final).pdf). Acessado em 14/11/2013. Acessado em 14/11/2013.

MOREIRA, Helvio Feliciano; MICHELS, Luciano; COLOSSI, Nelson. Portadores de deficiência: um compromisso com o ensino superior. In Revista Escritos sobre Educação. Ibitaré, v.5, n.1, p.19-25, jan.-jun. 2006

MOREIRA, Laura; BOLSANELLO, Maria Augusta e SEGER, Rosangela. Ingresso e Permanência na Universidade: alunos com deficiência em foco. 2011.

Obstáculos educacionais afetam os portadores de necessidades especiais. Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/01/09/interna_cidadesdf_231494/obstaculos-educacionais-afetam-os-portadores-de-necessidades-especiais.shtml

Acessado em : 21/04/2014

Perfil das Pessoas com Deficiência no Distrito Federal. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/POL%C3%8DTICAS%20SOCIAIS/Perfil%20das%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%20no%20DF.pdf>. Acessado em : 18/10/2013.

Pesquisa Qualitativa tipos fundamentais. Disponível em : http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_tipos_fundamentais.pdf . Acessado em : 29/11/2013

Política Nacional de Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> acessado em: 08/07/2013.

Portal da Educação. Disponível em : <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/15063/politica-nacional-de-educacao-inclusiva-legislacao-e-normas-de-1961-a-1971#ixzz2Z9FHJ8qm> Acessado em 14/11/2013.

[RAMALHO, Maria Noalda; CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais na Universidade Estadual de Paraíba: Aspectos dessa Experiência. Teias: Rio de Janeiro , nº 18, 2008.](#)

1º Relatório nacional da República Federativa do Brasil sobre o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2008- 2010.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. Propostas de Acessibilidade para a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. Rev Bras, Ed Esp, Marília, v.16, n1, p.127-136, 2010.

SILVA, Ana Beatriz B. Mentos Inquietas TDAH: Desatenção, Hiperatividade e Impulsividade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SILVA, Maria Lucia L. “3ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.” CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_pessoacomdeficienciaFINAL.pdf. Acessado em 14/11/2013.

TADEU, Ricardo Marques da Fonseca. A ONU e o Seu Conceito Revolucionário de Pessoa com Deficiência.

TDA/H Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade. Disponível em: <http://adhd.com.br/> . Acessado em : 22/06/2014.

VIERA, José Roberto Fonseca; IMPERATORI, Thais Kristosch; RODRIGUES, Larissa Goulart; Universidade e inclusão: a experiência do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília.

9. Anexos

• Roteiro para Entrevista com os Alunos com Deficiência e Necessidades Especiais.

1. Perfil do Estudante:

- Idade:
- Local de moradia:
- Qual o tipo de deficiência ou necessidade especial?
- Acesso a UnB: Quantas vezes tentou?
- () Vestibular () PAS () ENEM () Matrícula Especial
- Quando ingressou na UnB?
- Em qual período se encontra?
- Qual turno?
- Utiliza de algum equipamento ou instrumento como apoio para mobilidade?
- Qual o meio de transporte utilizado?
- Você trabalha? Possui alguma bolsa ou renda específica por causa da deficiência ou necessidade especial, fora da UnB?

3. Relação com a UnB:

3.1 Acessibilidade

- Você considera que a UnB possui muitas barreiras arquitetônicas? Elas influenciam na sua mobilidade e no seu processo de aprendizagem? Em caso afirmativo, cite um exemplo.
- Você acha que a UnB possui barreiras de comunicação, em relação às informações, ao sistema operacional, à matrícula, etc?
- Em relação às barreiras atitudinais, você já sofreu discriminação? E com a sua família?
- Como é sua locomoção nos intervalos das aulas?
- Você tem conhecimento de algum caso de abandono de curso, por causa da não adaptação da UnB às necessidades dos alunos com deficiência ou necessidade especial?
- Você teria sugestões de melhoria em relação a tais barreiras?

3.2 PPNE

- Você conhece o PPNE?
- Há quanto tempo?

- Em sua opinião o PPNE contribui para a superação das barreiras e permanência no curso?

4. Relação com o curso

4.1 Ensino, pesquisa e extensão

- Você considera que o curso dispõe de condições metodológicas apropriadas e recursos didáticos necessários que atendam as necessidades dos alunos com deficiência e necessidade especial? Como isso se manifesta dentro da sala de aula?
- Do ponto de vista metodológico e didático, quais as principais barreiras ou dificuldades que limitam o seu desempenho em relação à pesquisa, ensino e extensão?
- Você participa de alguma pesquisa ou atividade de extensão? Encontrou/encontra dificuldades?
- Você teve alguma dificuldade, por causa da sua deficiência ou necessidade especial, na sua inserção no campo de estágio?

4.2 Departamento/ Coordenação de graduação/ Secretaria

- Você já buscou apoio com a Coordenação do curso? Você acha importante o coordenador do curso estar ciente da sua deficiência ou necessidade especial?
- Em sua opinião a Secretaria do SER está preparada para lidar com alunos com deficiência ou necessidade especial?
- Você tem facilidade de se comunicar com a coordenação do curso e Secretaria?
- Você tem alguma sugestão para melhoria do atendimento aos alunos do Serviço Social com necessidades especiais ou deficiência?

• Questionário para os Servidores da Secretaria

1. Há quanto tempo trabalha no SER?

- De 1 dia a 3 anos () De 5 a 10 anos ()
De 3 anos a 5 anos () Mais de 10 anos ()

2. Você já participou de algum curso voltado para o atendimento aos alunos com necessidades especiais ou com deficiência?

() SIM, por quê? () NÃO, por quê?

- | | |
|-------------------------------|--------------------------|
| () Interesse pessoal , | () Não se interessa, |
| () Interesse da Instituição. | () A UnB não incentiva. |
| () Outros interesses | () Falta de tempo |
| () NDA | () NDA |

3. Você tem conhecimento de algum aluno com deficiência ou necessidade especial?

4. Você sabe de algum caso de abandono de curso devido a não adaptação da UnB às necessidades dos alunos com deficiência ou necessidade especial?

5. Você já enfrentou alguma dificuldade no atendimento aos alunos com deficiência ?
Em caso afirmativo qual foi a dificuldade?

- () Dificuldade de comunicação
() Barreira arquitetônica, a secretaria do SER não é acessível
() A secretaria não dispunha de meios para atender a demanda específica do aluno
() Não conhecimento dos setores que realizam a adaptação de materiais e atendem os alunos com deficiência ou necessidades especiais.

6. Em sua opinião a Secretaria do SER está preparada para lidar com alunos com deficiência ou necessidade especial? E o SER como um todo, está preparado?

7. Você sabe se existe alguma demanda de adaptação/ acessibilidade dirigida ao SER?

8. Você conhece o PPNE?

10. Você tem alguma sugestão para melhoria do atendimento aos alunos do Serviço Social com necessidades especiais ou deficiência? Qual seria?

11. Em sua opinião, qual é o impacto da deficiência na formação de alunos do curso de serviço social?

12. Como você avalia a acessibilidade do Campus Darcy Ribeiro? Você considera as barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação um empecilho à formação educacional das pessoas com deficiência ou necessidades especiais?

• Roteiro de Entrevista com os Professores do SER

1. Há quanto tempo você trabalha no SER?
2. Você já participou de algum curso voltado para o atendimento aos alunos com deficiência ou necessidades especiais?
3. Você conhece algum aluno/ aluna com deficiência ou necessidade especial? Já teve algum aluno com estas características em sala de aula?
4. Você sabe se existe alguma demanda de adaptação/ acessibilidade por parte dos alunos em relação a UnB e o Departamento? Em caso afirmativo, qual?
5. Você considera necessário que a UnB amplie suas condições de acessibilidade para assegurar permanência na universidade e conclusão do curso?
6. Você conhece o PPNE?
7. Em suas aulas utiliza recursos didáticos que atendem as necessidades de todos/ todas alunos/ alunas? Você já sentiu necessidade de utilizar outros livros e materiais didáticos que a UnB não oferece?
8. Você tem conhecimento de algum caso de abandono de curso devido a não adaptação/ acessibilidade da UnB às necessidades dos alunos com deficiência ou necessidade especial?
9. Você possui algum grupo de pesquisa? Em caso afirmativo, tem a participação de algum aluno/ aluna com deficiência ou necessidade especial?
10. Você tem alguma sugestão para melhoria do atendimento aos alunos do Serviço Social com deficiência ou necessidade especial?
11. Como você avalia a acessibilidade do Campus Darcy Ribeiro? Você considera as barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação um empecilho para o bom desempenho do aluno/ aluna em relação ao ensino, pesquisa e extensão?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Alunos com deficiência e necessidades especiais no curso de serviço Social na UnB: dificuldades enfrentadas e visão da comunidade acadêmica no departamento de Serviço Social (SER) sobre elas”. De responsabilidade da aluna de graduação da Universidade de Brasília: Raquel Moura da Costa Teixeira, coordenada pela professora Maria Lucia Lopes da Silva.

Essa pesquisa segue as recomendações da Resolução 196/96 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, pois é um projeto que envolve seres humanos e os padrões éticos serão preservados, tais como sigilo e anonimato dos informantes. Tal projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/ IH em 17 de maio de 2014.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, por meio de entrevistas e gravação, no caso de alunos com deficiência ou necessidade especial e professores do SER, e aplicação de questionários, no caso de servidores da Secretaria do SER, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61)85907108 ou pelo e-mail raquelzinhamoura@hotmail.com ou cep_ih@unb.br

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi o explicitado acima e concordo em participar voluntariamente da pesquisa

Participante da pesquisa ou responsável legal:

(assinatura)

Pesquisador

responsável: _____

(assinatura)

